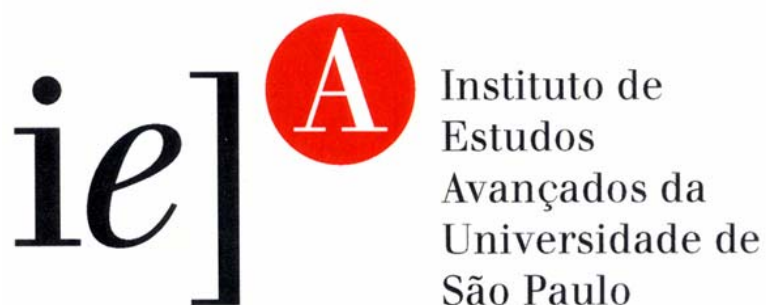


Anotações para a Elaboração de uma Idéia de Cidadania

Nílson José Machado



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Anotações para a Elaboração de uma Idéia de Cidadania

Nílson José Machado

INTRODUÇÃO

Atualmente, a noção de *cidadania* ainda permanece diretamente associada à idéia de ter direitos, uma característica que não parece suficiente para exprimi-la, uma vez que, em termos legais, os direitos não são mais privilégios de determinadas classes ou grupos sociais. Um documento fundamental no balizamento de tal generalização é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

É certo que violações nos Direitos Humanos no sentido explicitado pela DUDH continuam a ocorrer em diversos países, nos mais diferentes setores. Entretanto, restringir a idéia de cidadania à de ter direitos pode significar uma limitação da formação do cidadão à vigilância sobre o cumprimento das deliberações da DUDH ou de outros documentos similares, internacionais ou nacionais. Isso não significaria uma tarefa pequena do ponto de vista prático, mas restringiria demasiadamente o significado político/filosófico de tal noção. A própria expressão "educar para a cidadania" resultaria relativamente empobrecida por uma restrição como essa.

Mesmo em países onde os direitos humanos não costumam ser violados, a necessidade da formação do cidadão permanece viva, relacionando-se com a sementeira de valores e a articulação entre os projetos individuais e coletivos. Entre a noção de cidadania e a idéia de projeto existe uma relação interessante que alimenta a ambas, simbioticamente. Para examinar tal interação, alinhavaremos, a seguir, algumas considerações sobre a palavra *projeto*, bem como sobre o movimento pendular dos projetos individuais aos coletivos, e vice-versa.

A IDÉIA DE PROJETO

A palavra *projeto* costuma ser associada tanto ao trabalho do arquiteto ou do engenheiro quanto aos trabalhos acadêmicos ou aos planos de ação educacional, política ou econômica. Em todos os casos, dois são os ingredientes fundamentais sem os quais não se

pode ter senão uma pálida idéia do significado de tal palavra: *futuro (antecipação) e abertura (não-determinação)*. Como esboço, desenho, guia da imaginação ou semente da ação, um projeto significa sempre uma antecipação, uma referência ao futuro. Distingue-se, no entanto, de uma de previsão, uma prospectiva ou uma conjectura, que são, muitas vezes, efetivamente, representações antecipadoras, mas que não dizem respeito, de modo algum, a um futuro a realizar, anunciando simplesmente acontecimentos susceptíveis de ocorrer, ou uma previsão sobre evoluções possíveis do real, passíveis de serem consideradas na elaboração das estratégias dos atores, mas que não se constituem necessariamente em realizações dos mesmos. Por outro lado, uma concepção rigorosamente determinística do real elimina completamente a idéia de projeto; o segundo elemento constituinte de tal idéia é a permanente abertura para o novo, para o não-determinado, para o universo das possibilidades, da imaginação, da criação. Sem dúvida, não há projeto sem futuro e, simetricamente, na medida em que a realidade é uma construção humana, pode-se afirmar também que não há futuro sem projeto.

A capacidade de elaborar projetos pode ser identificada como a característica mais verdadeiramente humana; somente o homem é capaz não só de projetar como também - e primordialmente - de viver sua própria vida como um projeto. Marx recorreu à idéia de projeto para distinguir o trabalho humano da atividade de uma aranha ou das construções de um castor. Mais recentemente, nos debates sobre o significado da inteligência e a possibilidade de uma "Inteligência Artificial", novamente a capacidade de ter "vontades", iniciativas, de criar, de cultivar sonhos ou ilusões, em outras palavras, de ter projetos, tem sido considerada a característica humana distintiva, tanto em relação aos animais como em relação às máquinas. Um computador, por mais sofisticação que venha a ostentar, ainda que possa vir a realizar certas operações similares às realizadas pela mente humana, jamais alimentará sonhos ou ilusões, nunca será capaz de ter projetos "pessoais". Julián MARÍAS sintetizou tal caracterização com maestria ao afirmar: *La realidad humana es primariamente pretensión, proyecto*.¹ Sem projetos, não há vida em sentido humano; excluindo-se o ponto de vista religioso, a morte, senão física, pelo menos mental, é o fim de todos os projetos. Desde a idéia original de religião do ser humano com Deus, as religiões, em seus múltiplos avatares, buscam projetar uma outra vida, extraterrena, ou fazer o homem projetar-se até ela.

¹ MARÍAS, Julián. "La felicidad humana". Madrid: Alianza, 1988, p.38.

No sentido acima esboçado, os projetos constituem os instrumentos da realização da liberdade individual, os espaços da iniciativa, da manifestação da criatividade, da invenção de possibilidades. Embora em seus usos mais freqüentes, a palavra *projeto* encontre-se mais associada a projetos acadêmicos de pesquisa, a projetos de engenharia ou de arquitetura, do que, em sentido mais lato, a projetos individuais de existência, a projetos políticos, a projetos pedagógicos, entre outros, utilizaremos tal palavra no que se segue, nesse sentido mais amplo, associado à concepção de cursos de ação. Esse compromisso com a ação, que distingue decisivamente os projetos de sonhos, ilusões ou utopias, não deve, no entanto, contribuir minimamente para que se confunda projetos com meros planos, com instrumentos técnicos para a implementação das ações projetadas.

PROJETOS NO MUNDO DO TRABALHO

Nesse sentido amplo, a idéia de projeto encontra-se no mundo do trabalho produtivo, onde tem uma presença cada vez mais forte como formatação para a realização das tarefas, e no universo acadêmico, associadas à realização de pesquisas. No universo do ensino, tanto nos cursos de graduação quanto na escola básica, sua presença é pouco notada ou inexistente.

O recente debate sobre a transferência do universo das empresas para o das escolas da idéia de Qualidade tem contribuído para aumentar a importância da idéia de projeto nas atividades de ensino em seus diversos níveis. Tal transferência deve contribuir para dar destaque, na realização das atividades didáticas, à fixação prévia de metas do que se projeta, à participação e à cooperação de todos na tarefa de persegui-las, a valorização do trabalho em grupo e, sobretudo, à reinstalação do hábito, tantas vezes esquecido, de avaliar o desempenho em função das metas do projeto que se realiza. A própria reconstrução da idéia de disciplina pode resultar desse aumento da importância dos projetos como formatação das atividades da escola básica. De fato, em um contexto onde o que vale são os objetivos do projeto que se persegue, pode tornar-se mais aceitável a idéia de que os estudos das diversas disciplinas constituem meios ou atividades intermediárias úteis à concretização dos projetos de vida, articulando os interesses individuais e coletivos através da construção da cidadania.

É importante registrar, no entanto, que, se existem razões como as anteriormente apresentadas, a sugerir que pode ser encarada positivamente a transposição da idéia de projeto, em sentido lato, do mundo das empresas para o mundo das escolas, existem

também razões igualmente consistentes que revelam o quanto é pernicioso para a Educação a identificação da natureza dos projetos educacionais com a dos projetos em sentido empresarial. A absoluta necessidade da distinção entre os dois tipos de projeto será analisada a seguir.

PROJETOS: ESCOLAS X EMPRESAS

A dimensão óbvia da razoabilidade da adesão aos Programas de Qualidade resulta de que eles visam à otimização dos diversos aspectos da produção, incluindo-se todos os elementos do cenário: matéria-prima, atores envolvidos, ambiente de trabalho, processos constituintes, produto final. Naturalmente, desde que todos estejam de acordo com as metas estabelecidas no projeto que se realiza, todos desejam tal busca de otimização. Mas aí é que está o busílis da questão.

De fato, a construção de projetos não pode prescindir do exame de uma idéia complexa como é a noção de valor. Dissociada de preocupações com valores, a capacidade de projetar pode conduzir a desvios indesejáveis, ou a becos sem saída. Vale a pena ter como projeto de vida transformar-se no maior traficante de drogas, ou no maior assaltante de bancos, ou no maior preguiçoso do mundo? Parafraseando Goya, para quem *os sonhos da razão produzem monstros*, é possível afirmar que, no caso dos projetos, o racionalismo mais inspirado, desprovido de uma arquitetura de valores socialmente acordados, pode conduzir a monstruosidades.

Voltando ao busílis da questão: enquanto no mundo das empresas os projetos costumam ser muito bem delimitados, abrangendo apenas uma fatia pequena do universo dos valores, quando não se restringem apenas ao valor econômico, no caso de projetos educacionais, mesmo no de uma única escola, é muito amplo e complexo o espectro de valores envolvidos. Quando se lida com seres humanos em formação, com seus sonhos, suas fantasias, seus projetos de vida, aumenta muito a responsabilidade pela escolha das metas, pela articulação entre as múltiplas aspirações individuais e o interesse coletivo. Se, por exemplo, no universo das empresas, a idéia de competitividade domina o cenário de forma absoluta, no da Educação ela deve associar-se com outras, muitas vezes mais relevantes, como é a idéia de solidariedade. Não temos dúvida em afirmar que *a mais complexa das empresas é muito mais simples, do ponto de vista do projeto que persegue, do que a mais simples das escolas*. Não faz sentido, portanto, a mera transposição das preocupações com a Qualidade, do universo das empresas para o das escolas, sem a

consideração da diversidade dos projetos vigentes. Em uma escola - ou uma empresa - onde o projeto norteador conduz ao indesejável - ou ao inferno - aderir a um Programa de Qualidade sem refletir sobre os objetivos perseguidos significa esmerar-se em buscar o que não se quer - ou em morrer queimado o mais rapidamente possível.

QUALIDADE: CLIENTE X CIDADÃO

Um dos postulados mais explícitos de um Programa de Qualidade é a afirmação de que a Qualidade é caracterizada pela satisfação do cliente. Naturalmente, para aplicar-se a todas as situações, a palavra "cliente" deve ter seu significado ampliado de forma extrema, transcendendo em muito o de mero consumidor. O mundo inteiro, então, sob essa óptica, é visto como uma vasta clientela. Em cada situação concreta, seria necessário apenas definir, delimitar o universo dos clientes. No caso de uma empresa, haveria os clientes externos - os fregueses -; os clientes internos - os empregados -; além de intermediários, como os fornecedores, entre outros. Sempre, no entanto, o princípio organizador é o de que a meta precípua é a felicidade do cliente.

Pedindo licença para um pequeno desvio, vamos procurar compreender os estranhos desígnios etimológicos que contemplaram a palavra "cliente", no léxico dos teóricos da Qualidade. Pelo menos nas línguas de origem latina, como a nossa, "cliente" origina-se de *cliens, clientis*, que significa *vassalo, protegido de alguém, de um senhor*, este sim, detentor do poder. Posteriormente, a palavra foi associada aos protegidos dos senadores romanos, dando origem à variante do costume político comum e freqüentemente criticado, denominado "clientelismo". Mais tarde ainda, o uso foi estendido para designar os que consultavam determinados profissionais, como os advogados ou os médicos. Hoje, no discurso da Qualidade, uma fantástica torção semântica transformou o vassalo no senhor.

Quando se discute a implementação de Programas de Qualidade no âmbito do serviço público, é comum a identificação do cliente como sendo "o conjunto da sociedade", o que conduz a uma indiferenciação francamente inaceitável, no planejamento das atividades de uma empresa, por exemplo. Tal ampliação no significado da palavra *cliente* também costuma ocorrer quando o postulado da satisfação do cliente é transferido para o universo educacional. Neste último caso, no entanto, a torção semântica é muito mais perigosa, uma vez que a identificação que se instaura é entre o *cliente* e o *cidadão*.

De fato, nos tempos atuais, nenhuma caracterização das funções da Educação parece mais adequada do que a associação da mesma à formação do cidadão, à construção da cidadania. Nos mais variados países e em diferentes contextos, Educação para a Cidadania tornou-se uma bandeira muito fácil de ser empunhada, um princípio cuja legitimidade não parece inspirar qualquer dúvida. A não ser a que se refere ao próprio significado da expressão "educar para a cidadania".

Etimologicamente, *cidadão* deriva de *civis*, palavra latina de dois gêneros que designava os habitantes das cidades; não qualquer habitante, mas apenas os que tinham direitos, os que participavam das atividades políticas. *Civitas*, *civitatis* significava a condição de cidadão; *civitate donare* queria dizer *dar a alguém a condição de cidadão*; *civitatem amittere* era *perder o direito à cidadania*, ou o direito a ter direitos políticos. Similarmente, a palavra *político* deriva da palavra grega *pólis*, que também queria dizer *cidade*. Na Grécia antiga, os habitantes das cidades dividiam-se em *políticos* e *idiotas*. Os *políticos* eram os que participavam da vida da *pólis*; aos *idiotas* cabia, no máximo, preocuparem-se consigo mesmos. O radical *idio* ainda hoje permanece associado a singularidades, em palavras como *idiossincrasias*, ou *idiossincrático*. Posteriormente, *idiota* passou também a significar *estar alheio ao que ocorre, ser estúpido ou amalucado*. Tal significado, na época, era diametralmente oposto ao da palavra *político*.

PROJETOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Já foi registrado anteriormente que a capacidade de ter projetos pode ser identificada como a característica mais verdadeiramente humana. A inteligência humana consistiria, precisamente, nesta capacidade de invenção de metas, de criação de possibilidades.

Naturalmente, não basta alimentar-se de projetos individuais, que não garantem mais do que uma vida de idiotas, em sentido grego. Carecemos de projetos coletivos, que estimulem as ações individuais, articulando-as na construção do significado de algo maior. Tanto quanto da satisfação das necessidades básicas em sentido biológico ou econômico, necessitamos participar de projetos mais abrangentes, que transcendam nossos limites pessoais e impregnem nossas ações, nossos sonhos, de um significado político/social mais amplo. A ausência de projetos coletivos costuma ser responsabilizada pelo surgimento de neoconflitos, mesmo em sociedades industrializadas. Nos países em desenvolvimento, muitas vezes, simulacros de projetos ganham corpo, a partir da aspiração, quase sempre

ingênua, de copiar os países desenvolvidos; nesses, a ausência de matrizes a serem copiadas já produziu, em passado recente - e talvez não cesse de produzir, continuamente - certas simulações de rompimento com o *status quo*, certas marginalidades fictícias, facilmente absorvíveis pelo sistema, como a dos movimentos *hippies* dos anos 60, a de rebeldes do tipo *Unabomber*, ou a dos *hackers*, na sociedade informatizada.

A ausência ou a transformação radical nos projetos ou nos valores costuma ser sistematicamente associada à idéia de crise, tanto no nível individual quanto na referência a países ou culturas. No caso específico da educação brasileira, não são poucas as vozes que pretendem que a crise deve-se à ausência de um projeto coletivo. Tal ausência, no entanto, tem sido confundida amiúde com a inexistência, no campo educacional, de algo como um Plano Nacional de Educação, bem como de uma legislação educacional adequada. A atual Constituição prevê, inclusive, a existência formal de um tal Plano, que orientaria diretamente as ações educacionais, e um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tramita há vários anos no Congresso Nacional, subjazendo certa expectativa de que a solução de muitos dos problemas educacionais decorrerá de sua aprovação.

Não se pode duvidar, é claro, da necessidade da existência de planos de ação, não só para a área da Educação, como também para a da Saúde, para a da Habitação etc., bem como de uma legislação atualizada, que constitui a dimensão objetiva dos limites das ações políticas. Entretanto, a dependência tão direta entre projetos e planos de ação, entre planos e leis que viabilizem sua implementação não parece natural nem conveniente.

No caso da Educação, carece-se muito mais de uma Carta de Princípios Gerais, uma espécie de Tábua de Valores Fundamentais, amplamente acordados com as entidades mais representativas da sociedade, sublinhando os valores maiores que deveriam orientar os projetos e as ações educacionais, do que de planejamentos excessivamente minuciosos ou de alterações radicais na legislação em vigor. Alguns exemplos de tais valores, quase sempre consensuais no nível do discurso mas insuficientemente presentes na implementação das ações, são a autonomia das unidades escolares, que não pode limitar-se a aspectos financeiros, e a valorização da função docente, que não se esgota na questão salarial mas que não pode esquecer-la. Sem o enraizamento em valores como esses, os projetos mais bem intencionados terminam por perder toda a potencialidade transformadora, tendendo a confundir-se com planos de ação de cunho meramente burocrático, ou a tangenciar o terreno jurídico, onde correm o risco de confundir-se com leis, cristalizando-se ou tornando demasiadamente rígido o que deve ser, por sua natureza, flexível, adaptável, variável.

A integração entre a formação pessoal e a social, entre o desenvolvimento das personalidades individuais e o pleno exercício da cidadania encontra-se fortemente associada à idéia de rede como representação da relação indivíduo/sociedade. Nas palavras de ELIAS², *o que aqui chamamos de "rede", para denotar a totalidade da relação entre o indivíduo e sociedade, nunca poderá ser entendido enquanto a "sociedade" for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente como uma sociedade de indivíduos. Mais adiante, no mesmo trabalho, ao referir-se ao indivíduo, o mesmo autor explicita um pouco mais a idéia de rede: esse "eu", essa "essência" pessoal forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua "vida íntima" traz a marca da história de seus relacionamentos - da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo.*

Muito haveria ainda a se explorar sobre a relação em foco, tendo por base o fecundo e persistente trabalho de ELIAS, ao longo de pelo menos cinco décadas, sobre tal temática; devemos, no entanto, seguir em frente.

Na confluência dos projetos individuais e sociais, situam-se, naturalmente, as questões relacionadas com o mundo do trabalho, com a construção da noção de projetos vocacionais. Em FONSECA,³ pode ser encontrado interessante material a esse respeito, destacando-se a análise de como os projetos de vida são construídos na interface individual/social, sempre supondo uma intervenção conjunta de elementos afetivos, cognitivos e sociais. Cada projeto de vida tende a caracterizar-se como a realização de uma vocação, de um apelo, de um chamamento vindo, a um tempo, de dentro e de fora, representando o mais harmonioso encontro possível entre as aspirações individuais e os interesses coletivos. A idéia de vocação aqui evocada pouco tem em comum com as perspectivas religiosas ou inatistas; aproximando-se muito mais da perspectiva profissional, ou da escolha "madura" de uma atividade profissional. As palavras de FONSECA podem servir para explicitar mais as considerações supra-referidas, ao mesmo tempo em que aproximam as idéias de vocação e de projeto: *A concepção de maturidade vocacional adquire o seu pleno significado inserida num processo que valoriza a noção de*

² ELIAS, Norbert. "A sociedade dos indivíduos". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, pp.30-36.

³ FONSECA, Antonio Manoel. "Personalidade, Projectos Vocacionais e Formação Pessoal e Social". Porto: Porto Editora, 1994, p.61.

projecto como elemento motor e significativa das condutas humanas. O projecto profissional, em particular, surge como um suporte concreto que favorece a elaboração de projectos em geral e que não se limitam ao mundo do trabalho. (1994, p.61). É essencial, portanto, que a escolha profissional possa ser inserida em um cenário mais amplo, onde o elemento organizador parece ser justamente os projetos de vida.

UMA IDÉIA DE CIDADANIA

As considerações anteriores conduzem a uma formulação de uma concepção de cidadania que transcenda o estatuto de uma postulação de direitos humanos, formalmente garantidos, e atribua um significado à expressão "Educação para a Cidadania" que ultrapasse o nível do discurso sobre a necessidade de uma contínua vigilância pela garantia dos referidos direitos.

De fato, associando-se as noções de cidadania e de projeto em sentido amplo, tal como anteriormente se delineou, nada parece mais característico da idéia de *cidadania* do que *a construção de instrumentos legítimos de articulação entre projetos individuais e projetos coletivos*. Tal articulação possibilitará aos indivíduos, em suas ações ordinárias, em casa, no trabalho, ou onde quer que se encontrem, a participação ativa no tecido social, assumindo responsabilidades relativamente aos interesses e ao destino de toda a coletividade. Neste sentido, *Educar para a Cidadania* significa *prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo*.

Insistimos em que o imperativo de conjugar o conhecimento dos direitos com a vontade de participação encontra-se diretamente relacionado com a necessidade de ultrapassar o conforto de uma ética apenas da convicção, onde a integridade pessoal encontra-se garantida, mas não conduz a ações efetivas, aportando-se em uma ética da responsabilidade, onde crescemos junto com o crescimento dos riscos e dos encargos que assumimos.

Múltiplos são os instrumentos para a realização plena desta cidadania ativa: *a "alfabetização" relativamente aos dois sistemas básicos de representação da realidade - a língua materna e a matemática, condição de possibilidade do conhecimento em todas as áreas; a participação do processo político, incluindo-se o direito de votar e ser votado; a participação da vida econômica, incluindo-se o desempenho de uma atividade produtiva e*

o pagamento de impostos; e, naturalmente, o conhecimento de todos os direitos a que todo ser humano faz jus pelo simples fato de estar vivo.

Para estar vivo, no entanto, é fundamental ter projetos pessoais, e nesse sentido, a legislação educacional portuguesa parece exemplar, na medida em que estabelece que *a Educação visa à formação de cidadãos livres, responsáveis, autônomos e solidários e deve buscar a formação do caráter e da cidadania através do respeito pelos projetos individuais de existência.* Pode-se reconhecer facilmente, nos trechos em destaque, a preocupação com a articulação entre os projetos individuais e coletivos, situando a idéia de cidadania como antídoto para a confusão entre a valorização dos projetos pessoais e o primado exclusivo do individualismo.

Como já se registrou anteriormente, tanto individual quanto coletivamente, o mais inspirado dos projetos desprovido de uma arquitetura de valores socialmente acordados, pode conduzir a monstruosidades. *Educar para a Cidadania* deve significar também, pois, semear um conjunto de valores universais, que se realizam com o tom e a cor de cada cultura, sem pressupor um relativismo ético radical francamente inaceitável; deve significar ainda a negociação de uma compreensão adequada dos valores acordados, sem o que as mais legítimas bandeiras podem reduzir-se a meros *slogans* e o remédio pode transformar-se em veneno. Essa tarefa de negociação, sem dúvida, é bastante complexa; enfrentá-la, no entanto, não é uma opção a ser considerada, é o único caminho que se oferece para as ações educacionais.

Considere-se, por exemplo, um conjunto de valores de aparência tão atraente como é a tríade que sustentou os ideais republicanos, a partir da Revolução Francesa: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade.* Existe uma compreensão natural do significado de cada um deles, além da qual torna-se necessária uma explicitação/negociação dos limites na compreensão dos mesmos. Consideramos que todos os homens nascem iguais no que se refere aos direitos, o que inclui a liberdade de ir e vir, de ter projetos pessoais e realizar sua liberdade ao procurar realizar seus projetos, que todos são iguais perante as leis, que todos devem ter direito à propriedade, ao trabalho, etc., etc., etc., tudo muito bem explicado, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, a plena liberdade no plano cultural não pode ser transportada mimeticamente para o plano econômico, transformando-se, quando isso ocorre, em uma corruptela do liberalismo. De modo similar, se é verdade que existe uma carência crônica e crescente de solidariedade/fraternidade no plano econômico, no plano político ou no cultural tais valores soem corromper-se em

clientelismo ou nepotismo. O espaço político preferencial para a sementeira e a negociação dos valores socialmente acordados é, naturalmente, o da Educação para a Cidadania.